



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

SENTENÇA

Processo nº: **0012370-06.2016.8.26.0566 - Controle nº 2016/001819**
Classe - Assunto: **Cumprimento Provisório de Sentença - Tratamento Médico-Hospitalar**
Requerente: **ENRIQUE ALVES**
Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro**

Vistos.

Trata-se de pedido de cumprimento provisório de sentença que reconheceu a exigibilidade de obrigação de fazer proposto por **E.A.** em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO e da FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, objetivando o cumprimento da tutelar de urgência já deferida.

As requeridas foram intimadas para o cumprimento da obrigação no prazo de 72 horas e não o fizeram.

As impugnações ofertadas foram rejeitadas.

Foi determinado o sequestro das verbas públicas para satisfação da obrigação.

O Município de São Carlos requereu a apresentação de no mínimo três orçamentos antes da liberação das verbas públicas sequestradas, bem como a apresentação de relatório detalhado sobre o tratamento pleiteado.

É o relatório.

Decido.

O pedido formulado pelo Município de São Carlos de apresentação de relatório detalhado para fins de aquisição do tratamento pleiteado, é desnecessário. Os documentos anexados à inicial nestes autos apresentam de forma clara o que deve ser disponibilizado ao requerente. Ademais, o próprio requerente já contratou serviço de uma clínica especializada (fls. 142/144).

Por outro lado, também resta inviável a apresentação de orçamentos para fins de liberação dos valores sequestrados, posto que, tal numerário, já foi liberado e destinado à contratação do tratamento não fornecido pelos executados.

Por fim, vale ressaltar, que os executados não se insurgiram contra os



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

documentos comprobatórios da contratação da clínica para realização dos tratamentos objeto do presente cumprimento de sentença. Assim, dou por justificada a utilização dos valores que foram sequestrados.

Ante o exposto, diante da utilização dos valores sequestrados para o tratamento pleiteado, declaro satisfeita a obrigação e julgo extinto o presente cumprimento de sentença o que faço com fundamento no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

Deixo de proceder a condenação da Fazenda do Estado de São Paulo em honorários advocatícios, ante o teor da Súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça.

Não há condenação em custas processuais, ante o disposto no artigo 6º da Lei 11.608/2003.

Diante da regularização do fornecimento do tratamento, ainda que em razão do sequestro de verbas, sendo, portanto, atingida sua finalidade, deixo de condenar o município ao pagamento de honorários advocatícios.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

P.I.

São Carlos, 31 de agosto de 2017.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**